

Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 40 jan-jun 2019 ISSN 1413-6651

IMAGEM Escultura de *Pascal* por François Lanno,
realizada em pedra por volta de 1853, coleção do Museu do Louvre.

A CONCEPÇÃO DE VERDADE NA RAZÃO DOS EFEITOS DE PASCAL

Rodrigo Hayasi Pinto

Professor,

Pontifícia Universidade Católica do Paraná,

Maringá, Brasil

rodrigo.pinto@pucpr.br

RESUMO: O objetivo desse artigo é fazer uma discussão acerca da concepção de verdade presente no método *A Razão dos Efeitos* do filósofo francês Blaise Pascal. No opúsculo *Do Espírito Geométrico*, Pascal constata a presença de limites no âmbito da racionalidade que impedem a apreensão dos princípios da geometria de modo absoluto. Segundo pensamos, o método *A Razão dos Efeitos*, utilizado na obra *Pensamentos*, também estaria estruturado a partir desse pressuposto. Nos *Pensamentos* Pascal, na medida em que se depara com a impossibilidade de apreender o homem de modo absoluto, é levado a assumir uma concepção bipolar de verdade no âmbito do método *A Razão dos Efeitos*, na qual os dois pólos que constituem a natureza humana, a miséria e a grandeza, são valorizados dentro da óptica do pecado original. Desse modo, tanto no *Opúsculo*, quanto nos *Pensamentos*, constatamos a presença de limites, os quais impedem que possamos obter uma concepção absoluta de verdade, seja em sentido teórico ou prático.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia, axiomatização, verdade, método, epistemologia, paradoxo.

INTRODUÇÃO

O paradoxo é um dos elementos constitutivos da filosofia pascaliana presente na obra *Pensamentos*. Nessa obra, o homem é retratado como um ser paradoxal, devendo ser considerado grande e miserável ao mesmo tempo. Como os *Pensamentos* são fragmentos de uma futura apologia da religião cristã, Pascal tentará mostrar nessa obra que uma das formas de entender esse paradoxo é apoiando-se nos princípios do cristianismo. No entanto, o modo pelo qual Pascal vai construir sua reflexão ao longo dos *Pensamentos* seguirá um procedimento racional. Com efeito, trata-se de demonstrar para o incrédulo, o qual é incapaz de crer pelo caminho da fé, que a religião cristã pode se mostrar um instrumento útil e importante, quando se tratar de levar o homem a uma compreensão de suas contradições e, até mesmo, transformar-se numa referência para sua existência.

Para construir esse procedimento racional, Pascal vai se utilizar de um método chamado *a razão dos efeitos*. Esse método tem como principal característica uma concepção de verdade “bivalente”, por valorizar duas ou mais proposições aparentemente antagônicas. Nesse caso, a verdade não deve ser interpretada de modo unívoco ou absoluto, mas de modo contraditório ou paradoxal, o que levará alguns autores, tais como Lucien Goldmann, a conceberem a *razão dos efeitos* como precursora do método dialético, presente em Hegel e Marx¹. No entanto, ao invés de colocá-lo como precursor, tentaremos determinar quais as razões anteriores ao próprio método que o levaram a adotar o critério de verdade bivalente.

O objetivo do presente trabalho, portanto, é mostrar a importância do método *a razão dos efeitos* no que tange ao seu uso em âmbito

1 “[...] nós percebemos nos “Pensamentos” de Pascal a passagem do racionalismo ao pensamento dialético. Para este último, a realidade inteira, ou apenas a realidade humana é uma totalidade dinâmica evoluindo por um progresso periódico que se realiza por sobressaltos e passagens qualitativas da tese à antítese, e desta para a síntese que as integra e as ultrapassa”. (GOLDMANN, 1997, p.218).

antropológico, já que ao basear-se numa concepção de verdade bivalente, tal método se apresenta apto para ser utilizado na compreensão das contradições humanas. Por outro lado, tentaremos demonstrar também que a concepção de verdade presente nesse método tem suas raízes numa questão anterior, aquela relacionada aos limites do conhecimento.

Com efeito, a nosso ver, duas noções são capitais para a construção do método *a razão dos efeitos*. A primeira está relacionada a uma concepção perspectivística do conhecimento. Essa concepção nasce a partir dos estudos de Pascal sobre geometria projetiva, notadamente a geometria projetiva de Desargues. A segunda noção, e talvez a mais importante, está vinculada à questão dos limites do conhecimento. Essa questão é encontrada em obra anterior de Pascal, a primeira parte do opúsculo *Reflexões Sobre a Geometria em Geral*, intitulada *Do Espírito Geométrico*, escrita em 1659. Nesse sentido, é importante perceber que mesmo *A razão dos efeitos* não sendo um método diretamente vinculado à geometria, estabelece um vínculo com as reflexões do opúsculo, quando este defende a impossibilidade de demonstrar racionalmente os princípios.

OS LIMITES DO CONHECIMENTO NO OPÚSCULO *DO ESPÍRITO GEOMÉTRICO*

Michel Serres, em sua obra *O Sistema de Leibniz e seus Modelos Matemáticos*, mais especificamente no capítulo intitulado *O Paradigma Pascaliano*, aponta que a principal característica do método *a razão dos efeitos* é a noção de ponto de vista. (SERRES, 1968). Ao ser influenciado pela geometria projetiva do geômetra Desargues, Pascal teria transposto a idéia central dessa espécie de geometria para a análise antropológica. Se em âmbito geométrico, segundo Desargues, é possível analisar a origem de todas as cônicas, círculo, parábola, antobola (elipse)², hipérbole, a partir da

2 Segundo Cortese, “Leibniz comenta que Pascal chama a elipse de ‘antobola’, pois ela é uma curva que se volta sobre ela mesma”. (CORTESE, 2016, p.150).

perspectiva do olho situado no cimo do cone, em âmbito antropológico é possível analisar o homem decifrando suas contradições a partir de uma perspectiva superior, que traduz a aparente desordem em ordem.

Essa perspectiva superior, capaz de harmonizar as contradições humanas, que de início pareciam irreconciliáveis, é um princípio cristão, o pecado original, que assume o papel de princípio por representar o momento da história do homem em que sua natureza original, unida a Deus, se desdobrou numa segunda natureza, corrompendo-se e afastando-se da verdade vinculada ao criador. Assim, o homem, ao ter perdido sua primeira natureza, vive numa perpétua tensão existencial, pois ao mesmo tempo em que aspira pelo repouso, vive na inquietude e na agitação constante, e do mesmo modo que aspira pela verdade e pela justiça, nunca pode concretizar tais noções no âmbito da filosofia e da esfera prática. Ora, como tal princípio leva a uma espécie de compreensão da contradição, que passa a ser vista como algo que pode ser pensado, Serres propõe que esse princípio ocupa na filosofia pascaliana a função de ser uma espécie de ponto fixo. A partir daí, Serres conclui que, no horizonte da antropologia pascaliana, em primeiro lugar, “[...] a busca do ponto fixo está inscrita em nossa alma e em nosso desejo” (SERRES, 1968, p.678) e, em segundo lugar, “quem pode assinalar novamente o polo de meu universo e o centro de minha alma, senão aquele que conhece os limites da circunferência, aquele em quem as extremidades se tocam e se reúnem à força de serem afastadas [...] Deus e Deus somente”. (SERRES, 1968, p. 682).

Segundo Serres, portanto, em primeiro lugar, a questão central presente nos *Pensamentos* e mais especificamente no método *a razão dos efeitos* é a questão da busca por um referencial fixo, que permita pensar as contradições e os discursos aparentemente antagônicos de um modo racional. Em segundo lugar, essa busca pode ser concretizada através da adoção da perspectiva cristã, que passaria a funcionar como uma espécie de ponto fixo, pois daria orientação ao homem no sentido de situá-lo ontologicamente no âmbito do universo infinito, caótico e pleno de contradições que o envolvem.

Entretanto, ao contrário de Serres, consideramos que a principal prerrogativa do método pascaliano presente nos *Pensamentos* não é a de “fixar” o pensamento numa espécie de referencial absoluto, que permitiria pensar as contradições, mas antes a de mostrar a impossibilidade de tal referencial. A nosso ver, a questão da busca pelo referencial absoluto deve ser analisada a partir do opúsculo *Do Espírito Geométrico*, pois mesmo sendo obra de cunho geométrico e não guardando uma relação direta com o método *a razão dos efeitos*, inaugura um modo de reflexão sobre a fundamentação do conhecimento que vai impactar de modo direto na construção do método presente nos *Pensamentos*, a saber, a questão dos limites do conhecimento. Vejamos como tais limites são evidenciados no opúsculo.

Quando Pascal, no opúsculo, pensa na geometria como um modelo epistemológico legítimo, está interessado, como Descartes em suas *Meditações*, em desenvolver e explicar a problemática da possibilidade de determinar as bases do conhecimento. No entanto, a maneira pela qual é possível determiná-las, é radicalmente diferente do procedimento observado na filosofia cartesiana.

Segundo o autor do opúsculo, a geometria pode ser considerada um modelo epistemológico ideal, justamente por ser uma ciência demonstrativa cujo principal objetivo é a definição e a demonstração das proposições que compõem o sistema. A partir dessa constatação, poderíamos ser levados a pensar que o método geométrico perfeito deveria ter como prerrogativa principal anterior a qualquer tarefa, a definição e a demonstração dos próprios princípios e axiomas que compõem a base do sistema. Em outras palavras, ao elegermos o procedimento demonstrativo como aquele que deve guiar-nos em sentido epistemológico, poderíamos pensar que o método geométrico perfeito deveria tudo definir e tudo demonstrar. Mas, segundo Pascal, tal objetivo não pode ser atingido porque as últimas proposições definidas e as últimas demonstrações provadas exigiriam outras definições e demonstrações, que por sua vez também exigiriam outras, de tal maneira que nunca teríamos acesso às primeiras:

Certamente este método seria belo, mas ele é absolutamente impossível: pois é evidente que os primeiros termos que se gostaria de definir, suporiam precedentes para servir à sua explicação, e que mesmo as primeiras proposições que se gostaria de provar suporiam outras que as precedessem; e assim é claro que não se chegaria jamais aos primeiros. (PASCAL, 1998, p.349, 2ª coluna).

Isso implica dizer que o processo demonstrativo, quando tem como ideal a definição e a demonstração total de seus objetos, leva-nos a uma regressão ao infinito. Ao utilizarmos uma definição ou uma demonstração discursiva para explicar os primeiros termos, ela, na medida em que é composta por outros termos, também necessitaria de definições e demonstrações anteriores para defini-los e demonstrá-los completamente, e assim *ad infinitum*.

No entanto, na geometria é possível constatar uma espécie de “parada” em termos de definições e demonstrações. Com efeito, essa ciência nos ensina que há termos primeiros, que não precisam ser definidos, e princípios, que não necessitam ser demonstrados. Um indicativo disso é que todos os homens entendem claramente o que são esses termos e esses princípios, sem a necessidade de defini-los ou demonstrá-los.

É o que a geometria nos ensina perfeitamente. Ela não define nenhuma dessas coisas, espaço, tempo, movimento, número, igualdade, nem as semelhantes que são em grande número, porque esses termos designam tão naturalmente as coisas que eles significam, para aqueles que entendem a língua, que o esclarecimento que se gostaria de fazer traria mais obscuridade que instrução. (PASCAL, 1998, p.350, 1ª coluna).

Tais termos o filósofo nomeará de “primitivos”, pois são os mais simples a que o discurso lógico pode chegar, não existindo outros anteriores a eles. Nesse caso, o significado dos “termos primitivos” é apreendido não por meio de provas e demonstrações, mas de modo imediato e intuitivo, por intermédio da “luz natural”. A ordem geométrica “não define

tudo e não prova tudo, e é nisto que ela cede; mas ela só supõe as coisas claras e constantes pela *luz natural*, e é por isso que ela é perfeitamente verdadeira, a natureza sustentando-a, apesar do discurso”. (PASCAL, 1998, p.350, 1ª coluna).

É digno de nota, no entanto, que a concepção de “luz natural” em Pascal é radicalmente diferente da cartesiana. No fragmento Br. 282 dos *Pensamentos*, Pascal nos apresenta uma concepção de intuição totalmente contrária à de Descartes, pois longe de estar vinculada à natureza racional do homem, está relacionada ao âmbito do sentimento, mais precisamente àquilo que o filósofo vai chamar de “coração”:

Conhecemos a verdade, não só pela razão, mas também pelo coração; é desta última maneira que conhecemos os princípios [...] E sobre esses conhecimentos do coração e do instinto é que a razão deve apoiar-se e basear todo o seu discurso. (O coração sente que há três dimensões no espaço e que os números são infinitos; e a razão demonstra, em seguida, que não há dois números quadrados dos quais um seja o dobro do outro. Os princípios se sentem, as proposições se concluem; e tudo com certeza, embora por vias diferentes). (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 282).

A principal diferença entre Pascal e Descartes, portanto, é que, enquanto para este somente podemos atingir um conhecimento certo e indubitável dos princípios por intermédio da razão, para Pascal, as certezas referentes aos princípios não provêm de uma faculdade racional e estão relacionadas a um âmbito desvinculado do pensamento: o “coração”. Assim, o fato de que atingimos a base do conhecimento, longe de apontar para o alcance ilimitado da razão, é um indicativo do fato de que há limites para o conhecimento racional. Onde estão os princípios é necessário “parar”, não porque esses axiomas são os últimos em si mesmos, mas porque o processo lógico não pode ir além, deixando tais certezas para o âmbito do “coração”. A compreensão de tais axiomas é fornecida por uma capacidade extra-racional, a luz natural proveniente do coração, a qual isenta a

razão de tentar proceder lógico-dedutivamente em relação aos fundamentos.

Nesse sentido, há dois modos de conhecer, o conhecimento lógico-dedutivo, efetuado pela razão, e o conhecimento intuitivo, proporcionado pelo “coração”³. “Aqui ainda pensamos por cesuras, delimitamos os territórios. O ‘coração’ tem seu domínio, assim como a razão tem o seu. Um como o outro, cada qual em sua ordem, é um operador de certeza”. (LEBRUN, 1983, p. 39). Existem, portanto, dois níveis pelos quais adquirimos certezas, o nível intuitivo, em que o sentimento apreende os princípios, e o nível lógico-dedutivo, caracterizado pela capacidade de operar demonstrativamente a partir dos princípios proporcionados pelo coração. Tais níveis devem ser considerados distintos e heterogêneos entre si, de modo que a compreensão dos princípios da geometria implica na ausência de demonstrações e, conseqüentemente, constatamos os limites do discurso demonstrativo. Sua compreensão é um indicativo da “miopia” de nosso intelecto, que não pode “enxergar” nada que esteja situado para além de tais princípios. Segundo Lebrun:

Longe de ser, neste caso, garantia da verdade ou sinal da comunicação com o verbo divino, a “clareza” dos princípios é pois relativa ao alcance limitado de nosso campo de visão. Os princípios

3 Henri Gouhier, ao comparar Pascal e Descartes no nível epistemológico, faz a seguinte afirmação: “dos dois lados há um conhecimento intuitivo e um conhecimento discursivo, mas na filosofia de Descartes há homogeneidade e, no pensamento de Pascal, heterogeneidade entre os dois conhecimentos.” (GOUHIER, 1986, p.174). Essa “heterogeneidade” entre o conhecimento conceitual, proveniente da razão, e aquele relacionado às intuições do “coração” verificado em Pascal, também nos remete à filosofia de Immanuel Kant, que também separava o conhecimento intuitivo dos objetos, efetuado pela sensibilidade, do conhecimento racional, âmbito em que os objetos são pensados. “Pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece intuições, pelo entendimento, ao invés, os objetos são pensados e dele se originam conceitos.” (KANT, 1983, p.39).

não são nunca as primeiras verdades em si, mas simplesmente proposições estrategicamente úteis, que decidimos adotar como fundamento da investigação – e testemunham antes nossa miopia do que nossa penetração. (LEBRUN, 1983, p.32).

Nesse caso, a evidência dos termos primitivos, ao apontar para os limites do conhecimento possível, traça uma linha demarcatória entre o que pode ser conhecido e aquilo que não pode ser objeto de um discurso racional. Não podemos, por exemplo, definir ou demonstrar a certeza relativa aos fundamentos que sustentam a razão, mas podemos ao menos definir e demonstrar tudo que vier após os fundamentos. Desse modo, a ordem que obtemos por intermédio da geometria, longe de ser completa e acabada, pode ser considerada uma ordem “em aberto”, pois deixa em aberto a verdade em relação aos axiomas, para somente nos preocuparmos em provar e demonstrar os resultados provenientes desses axiomas.

Essa ordem, a mais perfeita entre os homens, consiste não em tudo definir e tudo demonstrar, nem também em nada definir e nada demonstrar, mas em se deter nesse meio e não definir as coisas claras e entendidas por todos os homens, e definir todas as outras; e não provar todas as coisas conhecidas dos homens, e provar todas as outras”. (PASCAL, 1998, p.350, 1ª coluna).

É dentro do escopo de tais limites e dessa ordem em aberto que é necessário pensar a concepção epistemológica de Pascal. Em primeiro lugar, é uma concepção epistemológica que impossibilita a tentativa de fazer afirmações sobre a natureza dos termos primitivos, ou seja, não é possível dizer algo como, por exemplo, que tais princípios são efetivamente os últimos em sentido absoluto. Em relação à sua natureza, podemos afirmar, parafraseando Wittgenstein, que é necessário calar-se⁴. Os fundamentos do

4 “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”. (WITTGENSTEIN, 1994, proposição 7). Embora nessa proposição Wittgenstein esteja se referindo especificamente às questões provenientes da ética e da religião, há outro momento no *Tractatus Logi-*

conhecimento na concepção pascaliana, portanto, não estão apoiados em uma justificativa ontológica, dado que a razão não pode ter uma compreensão da natureza desses princípios e conseqüentemente pronunciar-se sobre essa questão.

Em segundo lugar, a razão, orientada pela geometria, não tendo mais como objetivo construir um discurso sobre a natureza e a essência das coisas que compõem o mundo, tem como prerrogativa básica ocupar-se apenas com definições nominais. “Somente reconhecemos em geometria as definições que os lógicos chamam definições de nome, quer dizer as imposições de nome às coisas que claramente designamos em termos perfeitamente conhecidos; e eu somente me refiro a essas.” (PASCAL, 1998, p. 349, 1ª coluna). O conhecimento deve visar as coisas somente à maneira geométrica, designando as coisas através de um nome, sem que esse nome cumpra o papel de revelar a natureza do objeto designado.

No entanto, segundo pensamos, nos *Pensamentos* deparamos com outra alternativa epistemológica, além da possibilidade de se construir o conhecimento tendo por base definições nominais, que pode ser encarada como uma estratégia metodológica, relacionada à impossibilidade de se atingir a natureza das coisas. Essa alternativa encontra-se no método *a razão dos efeitos*. Com efeito, nos *Pensamentos* os limites do conhecimento também estão presentes na imagem do homem como sendo um ser insig-

co-Philosophicus em que Wittgenstein se depara com um problema semelhante àquele observado por Pascal em seu opúsculo: trata-se da possibilidade de uma regressão ao infinito. A própria análise lógica da proposição realizada pelo filósofo austríaco em seu tratado pressupõe um término em elementos simples, os chamados nomes simples. Embora a existência de tais nomes não seja provada ou demonstrada, é lícito “apostar” em sua existência, já que não assumir a existência desses elementos pressuporia uma petição de princípio, e, portanto, a regressão *ad infinitum*. “Se o sentido de uma proposição dependesse da verdade de outra e não existissem elementos, que por definição são simples, teríamos um regresso *ad infinitum* e a análise lógica não teria término. Uma análise ao infinito é um absurdo: não haveria sentido. Ora, existem proposições com sentido. Portanto, existem elementos, ou seja, nomes e seus correlatos ontológicos”.

nificante, situado entre dois abismos de infinitude. Nesse caso, o homem não pode compreender a totalidade cosmológica que o envolve porque tal totalidade é infinita enquanto este, em contrapartida, é um ser finito.

Afinal que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 72).

O homem, sendo finito e limitado, não pode atingir espacialmente e racionalmente uma referência metafísica e pontual que o leve a uma compreensão de si no interior de um universo infinito e, assim, resulta impossível construir uma antropologia pautada em princípios absolutos. Mesmo quando se constata fundamentos na esfera prática do homem, tais princípios antropológicos, segundo Pascal, não podem ser considerados necessários e absolutos, visto serem princípios fabricados pelo hábito. “Que são nossos princípios naturais, senão princípios de hábitos? E nas crianças, os que receberam com os hábitos dos pais como a caça entre os animais? Hábitos diferentes dão-nos princípios naturais diversos, é o que nos prova a experiência” (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 92). Nesse caso, o homem pode, através do hábito e do costume, naturalizar qualquer princípio e a partir daí passa a considerá-los necessários e absolutos.

Nesse caso, se fizermos uma comparação com os princípios da geometria, é possível perceber que tanto estes, como os princípios relacionados à esfera prática são incapazes de levar o homem a uma referência absoluta propiciando um conhecimento fixo e seguro fundamentado em termos últimos, embora tais princípios sejam capazes de levá-lo a construir um conhecimento lógico-dedutivo baseado em definições nominais, caso da geometria, e a construir um tipo de conhecimento moral pautado no hábito e na *razão dos efeitos*, caso da esfera prática e antropológica. Em úl-

tima instância, o que pretendemos dizer é que os limites epistemológicos estão presentes tanto no discurso geométrico quanto na dimensão prática do homem, e operam do mesmo modo, demarcando a posição do homem diante do saber, ou seja, o que cabe ao homem conhecer e não conhecer. Os princípios são diferentes, mas os limites permanecem os mesmos.

No entanto, o procedimento geométrico difere do conhecimento moral em um ponto. O conhecimento geométrico é construído lógico-dedutivamente a partir dos axiomas da geometria, enquanto o conhecimento antropológico não é construído dedutivamente, mas indutivamente, pois, como veremos, retiram-se os princípios a partir da análise de determinados efeitos presentes na esfera prática. Vejamos como se caracteriza esse procedimento indutivo utilizado na análise do próprio homem.

O PARADOXO E A RAZÃO DOS EFEITOS

Uma das principais características observadas no homem é que a contradição é uma das marcas de sua natureza. Ora, o método *a razão dos efeitos* revela-se útil quando fornece justamente um modelo científico para racionalizar a natureza contraditória do homem. Nesse caso, o critério de verdade “bivalente” adquire todo sentido quando se considera a natureza humana. Na obra *Pensamentos* podemos perceber a descrição do homem como um ser vivendo em meio a uma constante duplicidade. “Essa duplicidade do homem é tão visível que houve quem pensasse que tínhamos duas almas”. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 417).

Se, por um lado, podemos ser descritos como seres miseráveis, no sentido de que, no âmbito da filosofia pascaliana, resulta impossível a realização absoluta dos valores mais essenciais que dariam sentido a nossa existência, por outro lado, somos grandes justamente porque temos consciência de nossa miséria e de nossa limitação. A miséria e a grandeza são os dois polos nos quais se baseia a interpretação antropológica de Pascal. “A

grandeza do homem é grande na medida em que ele se conhece miserável. Uma árvore não sabe que é miserável. É, pois, ser miserável conhecer-se miserável; mas é ser grande saber que se é miserável”. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 397).

Uma das formas pelas quais é possível experimentar o movimento oscilatório do aspecto contraditório do homem entre a miséria e a grandeza, bem como a utilização do método *a razão dos efeitos*, é nos fragmentos relacionados ao Divertimento. Nesse caso, Pascal nos mostra a dinâmica da miserabilidade humana, analisando o desejo do homem por qualquer forma de ocupação e de bens exteriores. O homem deve ser considerado um ser miserável, na medida em que não consegue abolir o desejo de buscar alguma ocupação que o distraia de pensar em si mesmo. Nesse caso, este é incapaz de permanecer em repouso, refletindo sobre si, pois a consciência de si o leva à constatação de sua miséria presente e conseqüentemente à angústia e ao desespero. A razão dessa angústia é a “infelicidade natural de nossa condição fraca e mortal, e tão miserável, que nada nos pode consolar, quando nela pensamos de perto”. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 139).

A prática do divertimento se constitui como algo paradoxal quando ao buscar distrair-se o homem acredita que a posse do objeto, que ele busca através dessa ocupação, poderá trazer-lhe a felicidade e o repouso. Nesse caso, é estritamente necessário que ele se iluda a si mesmo “imaginando que seria feliz ganhando o que não desejaria que lhe dessem a fim de não jogar”, pois, com efeito, os homens “imaginam que, se tivessem obtido esse cargo, repousariam em seguida com prazer” (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 139). No entanto, o que ocorre é exatamente o contrário, pois, tão logo os homens conquistam esse prêmio e esse entretenimento cessa de ocupar a existência, voltam a entediar-se e sentem a necessidade de irem atrás de outro divertimento e de outro modo de se distrair. Eis o paradoxo: o homem busca o repouso pela agitação.

Diante desse quadro paradoxal, vejamos como o método *a razão dos efeitos* pode ser utilizado para pensar tais contradições. Nesse caso, a

única solução é adotar um princípio que faça com que tais contradições sejam passíveis de serem pensáveis. Mas, onde encontrar esse princípio? Responde Pascal: na religião cristã. Com efeito, a partir do princípio do pecado original é possível desdobrar a natureza do homem em duas: havendo uma natureza íntegra, antes da queda, e uma natureza lapsa, após a queda. É o que nos diz Lebrun:

Para se ter a chance de manter juntas as duas imagens do homem que nos são oferecidas, precisamos “harmonizar a contrariedade”; para isso, desdobrar essa “Natureza” que nos dão como única, isto é, distinguir uma natura íntegra (antes da Queda) e uma natureza lapsa (depois da Queda). (LEBRUN, 1983, p.75).

Operando no horizonte de dois níveis de realidade é possível pensar o estado de miserabilidade e o estado de grandeza como sendo, ambos, decorrentes desse princípio de ordem religiosa. Se o homem pode ser considerado um ser miserável e sem sentido, é justamente porque essa miséria e essa ausência de sentido são decorrentes da perda de sua primeira natureza; se existe um sinal de grandeza no homem expressa pela consciência de suas iniquidades e pela constante busca pelo repouso, personificado na ideia de uma referência fixa e segura, é porque o homem tem resquícios da primeira natureza e anseia por uma espécie de retorno a essa unidade original.

Desse modo, e em sentido contraditório, o homem sempre vai buscar o repouso por intermédio da agitação e do movimento. Sua natureza corrompida tem como característica principal a perda dos referenciais que dariam sentido ao seu agir, referenciais estes que permanecem perpetuamente como um ideal a ser atingido. Em virtude de o ser humano não viver mais no estado perfeito em que Deus o criou, ao buscar tais referências no plano de nossa natureza corrompida, ele sempre as buscará de modo inadequado, por intermédio do divertimento e da ocupação, os quais podem ser considerados sintomas da própria concupiscência. Ironicamente, a mecânica desse procedimento insensato sempre passará des-

percebida ao próprio homem enquanto este interpretar-se a si mesmo de modo unilateral e unívoco, ou seja, apenas como ser miserável ou apenas como ser de grandeza. A totalidade da compreensão acerca de si somente será possível a partir do princípio do pecado original. Sem esse princípio, os homens:

Não sentem a natureza insaciável de sua concupiscência. Acreditam buscar sinceramente o repouso, e, na verdade, só buscam a agitação. Têm um instinto secreto, que os leva a buscar divertimentos e ocupações exteriores, nascido do ressentimento de suas contínuas misérias; e têm outro instinto secreto, resto da grandeza de nossa primeira natureza, que os faz conhecer que a felicidade só está, de fato, no repouso, e não no tumulto; e, desses dois instintos contrários, forma-se neles um intento confuso, que se oculta da vista no fundo da alma, e os leva a procurar o repouso pela agitação, e a imaginar sempre que a satisfação que não têm acabará chegando, se, superando algumas dificuldades que antecedem, conseguirem abrir ali uma porta ao repouso. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 139).

Por outro lado, Pascal faz uso desse método de modo mais amplo e complexo no fragmento Br. 337, onde faz uma discussão a respeito da justiça e do poder. Nesse caso, é possível perceber que as contradições, quando se analisa o problema da justiça em âmbito político, ganham uma configuração que lembra um movimento pendular ou espiralado, visto que ao invés de serem duas perspectivas apenas, como no caso da análise do Divertimento, são cinco perspectivas.

Razão dos Efeitos – Graduação. O povo honra as pessoas de grande nascimento. Os semi-hábéis as desprezam, dizendo que o nascimento não é uma vantagem da pessoa, mas do acaso. Os hábeis as honram, não pelo pensamento do povo, mas pelo pensamento oculto. Os devotos, que têm mais zelo do que ciência, as desprezam, malgrado essa consideração que as faz honrar pelos hábeis, porque julgam isso por uma nova luz que a piedade lhes dá. Mas os cristãos perfeitos as honram por outra luz superior. Assim, vão-

se sucedendo as opiniões do pró ao contra, segundo a luz que se tem. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 337).

É possível perceber, nesse fragmento, várias perspectivas acerca de uma mesma temática, que consiste na questão da justiça e da obediência ao poder. Seria justo obedecer ao poder monárquico, por exemplo? No primeiro nível temos o povo, que obedece aos nobres, simplesmente porque o nascimento legitima o poder e justifica a obediência. Nesse caso, os nobres já nasceram fadados a governar os homens. No entanto, essa perspectiva é ultrapassada num segundo nível pela perspectiva dos semi-hábéis, que desprezam aqueles que detêm o poder, na medida em que o nascimento não traz nenhum mérito. É necessário, portanto, nesse caso, desobedecer irrestritamente àqueles que comandam quando estes perpetrarem um governo injusto. Trata-se, num primeiro momento, portanto, de julgar se devemos prestar obediência aos que estão no poder, através da legitimação do exercício desse poder pelo nascimento ou pelo mérito.

No terceiro nível, nos é apresentado o ponto de vista dos hábeis: para estes o estabelecimento da obediência deve-se a uma espécie de “pensamento oculto”. O que seria o “pensamento oculto”? Tal pensamento refere-se ao fato de que não obedecemos porque acreditamos, como o povo, que o poder encontra-se do lado dos nobres, mas justamente para evitar a violência, tanto em relação às guerras civis, que eclodiriam caso não houvesse um governo forte para obrigar o povo a cumprir as leis, quanto em relação à punição à qual eu estaria sujeito, caso não obedecesse.

Os devotos, no quarto degrau, desprezam qualquer tipo de honraria prestada aos governantes porque sabem que tal submissão é injusta e não condiz com os desígnios de Deus ao homem. Mas somente os chamados cristãos perfeitos, no quinto nível, percebem essa questão política e jurídica de uma perspectiva superior, pois sabem que o homem, tendo sido corrompido, não tem mais acesso à verdadeira justiça e virtude e, portanto, está irremediavelmente condenado às instituições injustas. Nesse caso, é lícito obedecer, tal como os hábeis creem, para evitar o maior dos males,

as guerras civis. No entanto, diferentemente dos hábeis, para os cristãos perfeitos a ausência de uma lei comum e de uma justiça justa é decorrente não do uso indiscriminado da força, mas da corrupção da própria natureza humana.

No final do fragmento, Pascal afirma que as opiniões são gradativas, mas que são marcadas por um movimento oscilatório do pró ao contra. Essa oscilação diz respeito à ideia de contradição. Tal como na análise anterior acerca do Divertimento, aqui se trata de analisar duas perspectivas contraditórias, mas enquanto lá tais perspectivas se referem, respectivamente, à busca pelo repouso por meio da agitação e à insatisfação presente na existência humana diante do repouso, aqui o paradoxo está relacionado àqueles que honram os nobres (povo, hábeis e cristãos perfeitos) e àqueles que os desprezam (semi-hábeis e devotos). A esse respeito afirma Thomas Harrington:

Assim os cinco degraus se endereçam de tal maneira que o terceiro se encontra por assim dizer acima do primeiro, o quarto acima do segundo, e o quinto acima do terceiro; é sem dúvida isto que Pascal entende por “gradação”. Assim as cinco opiniões se reduzem a duas opiniões contrárias. (HARRINGTON, 1972, p. 31).

Nesse caso, é possível perceber a importância da ideia de “gradação” como um princípio responsável por ordenar verdades opostas na figura de uma espiral em ascensão. A noção de gradação constrói uma trama conceitual em que é possível ver as opiniões conflitantes e contrárias umas às outras numa espécie de estrutura ordenada. Desse modo, as oposições são sempre compreendidas num processo gradativo, onde o degrau mais elevado representa aquele que permite uma visão mais totalizante desse comportamento humano. Cada degrau representa, por outro lado, uma perspectiva, um ponto de vista, que resulta numa visão diferente acerca desse fenômeno. A “luz que se tem”, apontada por Pascal no fragmento Br. 337, permite ver as coisas segundo um determinado ponto de vista.

Aqui é possível perceber o quanto a noção de perspectivismo é um elemento importante na compreensão desse método. Cada “visão” acerca do mesmo fenômeno (e, nesse caso, o que está sendo analisado é o fenômeno jurídico do poder e do mérito) representa uma perspectiva diferente, mas que pode ser compreendida em função da perspectiva contrária que a ultrapassa.

A razão do efeito, por sua vez, é o princípio presente em cada perspectiva; ao compreendermos esse princípio, é possível compreender por que determinada postura está fundamentada de um determinado modo. Por outro lado, cada perspectiva, por estar relacionada a uma lógica interna fundamentada num princípio, deve ser considerada verdadeira em parte, pois constrói sua verdade de modo unilateral de acordo com sua razão própria. Nesse caso, proposições contrárias podem ser consideradas, ambas, verdadeiras. “Em um sentido bem geral e abstrato, esse fragmento nos ensina que duas opiniões ou duas proposições contrárias podem conter, cada uma, parte da verdade e que a razão que explica a escolha de uma ou outra é a luz interior”. (HARRINGTON, 1972, p. 32).

Nesse caso, cabe, portanto, ao método *a razão dos efeitos* decifrar, dentro do horizonte de cada perspectiva, qual é o princípio ordenador presente em cada uma. Por exemplo: o princípio que ordena a perspectiva do povo é a crença de que a estirpe dos nobres constitui uma vantagem sobre os outros homens, aquele que ordena a perspectiva dos semi-hábéis é a de que o nascimento não é uma vantagem efetiva, o dos hábeis diz respeito ao fato de que se deve obedecer para evitar as guerras civis e o conflito, já os devotos têm como princípio a piedade, que os leva a compadecer-se da servidão voluntária do povo, por último, somente os cristãos perfeitos constroem a sua perspectiva a partir da ideia do pecado original, a qual os leva à compreensão do aspecto unilateral de cada perspectiva, e por isso ela é a perspectiva mais elevada. Trata-se, nesse caso, de uma ascen-

são dialética⁵ do escalão mais baixo, a opinião do povo, até a postura dos cristãos perfeitos, escalão mais elevado.

Pascal vê uma certa dialética nessa querela; à medida em que ele aprofundasse a questão, um homem poderia começar por ter a opinião do povo, e, escalando os degraus, se contradizendo a cada etapa, acabaria por ter a opinião dos perfeitos cristãos. Essa dialética, Pascal a chama “passagem contínua do pró ao contra”, o vai e vem entre duas proposições contrárias, segundo o grau de conhecimento. (HARRINGTON, 1972, p. 32).

Dentro desse escalão gradativo, é importante observar que somente a perspectiva dos cristãos perfeitos permite que se enxerguem os outros enfoques como sendo visões unilaterais de uma verdade mais elevada. Num primeiro enfoque e numa perspectiva menos elevada, tudo se passa como se o efeito a explicar fosse a diferença entre o costume universal, que consiste em honrar as pessoas segundo seu nascimento, defendido pelo povo, e o fato de que se deve honrá-las devido ao mérito de serem efetivamente bons governantes na prática, postura defendida pelos semi-hábéis e devotos. No entanto, somente os hábeis e os cristãos perfeitos nos dizem que é necessário prestar obediência aos grandes não pelo nascimento ou pelo mérito, mas pelo “pensamento oculto”. Nesse sentido Pascal afirma: “é preciso ter um pensamento oculto e tudo julgar por ele, falando, entretanto, como o povo”. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 336).

Mas há uma diferença muito importante entre o pensamento oculto dos hábeis e o pensamento oculto dos cristãos perfeitos. Os hábeis aprovam que o povo obedeça a instituições injustas para impedir a guerra civil e para evitar o uso da força por parte dos governantes, quando se trata de impor o respeito. Nesse sentido, Pascal aponta: “razão dos efeitos

5 É importante frisar que aqui o termo dialética não é utilizado no sentido de considerar Pascal um precursor do método professado por Hegel e Marx, tal como faz Lucien Goldmann. Utilizamos esse termo apenas com o intento de mostrar o movimento oscilatório e ascensional das perspectivas antagônicas na Razão dos Efeitos.

– Esta é boa: não querem que eu honre um homem vestido de brocado e acompanhado de sete ou oito lacaios! Como! Se o não saudasse, mandava bater-me. Esse hábito é uma força; não acontece o mesmo com um cavalo bem arreado em relação a outro?” (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 315). Os cristãos perfeitos, de modo contrário, percebem que há uma razão mais profunda, responsável por justificar a submissão a tais instituições: é o pecado original que fez com que o homem perdesse o contato com a verdadeira justiça. Desse modo, e a partir daí, o homem se encontra na ordem carnal e concupiscente, em que vigora o exercício da vontade decaída, que não mais o predispõe naturalmente para a justiça.

Nesse caso, segundo Thomas Harrington, é possível dizer que a razão dos efeitos é dupla, pois podemos contemplar essa discussão de modo mais elevado, segundo dois princípios pontuais: a força, defendida pelos hábeis, e a concupiscência, defendida pelos cristãos perfeitos. Entretanto, somente à luz da queda e do pecado original passamos a vislumbrar a razão profunda que mostra por que o princípio da justiça é inexistente na realidade concreta do homem e por que este se deixa comandar pela força.

E qual é a razão desses efeitos? Ela é dupla: de início, é impossível colocar-se de acordo sobre a justiça; em seguida, há sempre os maus para impor sua solução injusta. Ao procurar mais longe, à luz da fé, nós encontramos uma razão mais profunda: é pela queda do pecado original que nós perdemos a verdadeira justiça. Nós decaímos da ordem da caridade, à qual pertencia a verdadeira justiça, e estamos presos na ordem carnal, onde governa a força. (HARRINGTON, 1972, p. 45).

Assim, embora o hábil professe uma grande sabedoria, por defender a submissão à força, tendo por base um “pensamento oculto” que nós podemos qualificar como uma espécie de obediência “esclarecida”, em que se tira vantagem dessa posição (a paz, por exemplo, seria uma dessas vantagens), somente o cristão perfeito decifra o sentido da força, presente nas relações humanas e sociais. Esse sentido é outro tipo de “pensamento

oculto”, porém mais elevado, pois ele mostra as razões da obediência: por estarmos presos à natureza concupiscente, a prática da justiça não é um dos constituintes da realidade do homem.

PERSPECTIVISMO E RAZÃO DOS EFEITOS

Desse modo, o princípio do pecado original é considerado por Pascal como aquele que permite que analisemos o homem na esfera prática. No entanto, mesmo que esse princípio possa ser considerado como aquele que predispõe o homem a ter uma perspectiva mais elevada acerca da justiça e da discussão acerca da agitação e do repouso, presentes no fenômeno do Divertimento, é digno de nota que a verdade expressa pelo princípio do pecado original não pode ser demonstrada, assim como as primeiras proposições da geometria, os termos primitivos. Nesse caso, devemos nos abster de provar sua verdade, mas isso não implica a perda de sua importância quando se trata de compreender o homem. Com efeito, é muito mais a capacidade hermenêutica de traduzir o homem e seu comportamento na esfera ética e política que nos leva a adotá-lo como referência. Por isso, a questão da verdade desse princípio, provada por uma demonstração filosófica, não entra no mérito dessa discussão. Podemos nos arriscar a dizer, então, que é muito mais a fecundidade hermenêutica desse princípio, do que propriamente a verdade intrínseca a ele, que faz o filósofo francês adotá-lo como fundamento antropológico nos *Pensamentos*:

Por certo nada nos choca mais rudemente do que tal doutrina; no entanto sem esse mistério, o mais incompreensível de todos, somos incompreensíveis a nós mesmos. O nó de nossa condição forma suas dobras e voltas nesse abismo. *De sorte que o homem é mais inconcebível sem esse mistério do que esse mistério é inconcebível ao homem.* (Itálico nosso) (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 434).

Nesse caso, o que importa é muito mais a incompreensibilidade acerca do homem do que a incompreensibilidade do próprio princípio. Trata-se de tornar racionalizável, através de um princípio “útil”, aquilo

que de antemão não pode ser pensado. Certamente o princípio do pecado original no âmbito da fé e da espiritualidade defendida pelo cristianismo desempenha o papel de ser uma verdade e um dogma fundamental. No entanto, o que está em questão no uso desse princípio pelo método investigativo de Pascal, nesse momento de sua reflexão, é muito mais a capacidade hermenêutica de traduzir determinados efeitos, explicando-os e ordenando-os a partir de uma perspectiva mais ampla. O próprio Pascal afirma que mesmo um princípio errôneo, se aplicado de modo correto, pode revelar-se útil no sentido de permitir certa ordenação ao pensamento. “Quando não se conhece a verdade de uma coisa, é útil que haja um erro comum suscetível de fixar o espírito dos homens, como, por exemplo, a lua, à qual se atribuem as mudanças das estações, o progresso das enfermidades” (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 18).

Embora o fragmento acima diga respeito a um “erro comum” e não a uma hipótese epistemológica, é digno de nota que esse erro, ao ser adotado como princípio, cumpre o papel de desempenhar uma função ordenadora, tal como ocorre no método *a razão dos efeitos*. Do mesmo modo que no fragmento citado, na ausência de verdades absolutas, que fundamentem o discurso antropológico no âmbito da *razão dos efeitos*, a estratégia pascaliana diz respeito ao aspecto pragmático da verdade e não à necessidade ontológica intrínseca a ela.

Em síntese, podemos dividir o método *a razão dos efeitos* em três momentos chave, quando se trata de aplicá-lo antropológicamente: em primeiro lugar, na falta de um critério necessário e absoluto para compreender a natureza humana, valoriza-se o paradoxo como critério de verdade para analisar determinados efeitos, como por exemplo, a aspiração pelo repouso e pelo movimento, presentes no fenômeno do Divertimento, ou as concepções adversas de justiça, presentes no Pensamento 337. Com efeito, o próprio Pascal afirma no fragmento Br. 384: “muitas coisas certas são contraditas; muitas coisas falsas ficam sem contradição. Nem a contradição é sinal de mentira, nem a não contradição é sinal de verdade”. (PASCAL, 1973, Pensamento Br. 384). Em segundo lugar, forma-se um

jogo gradativo em que cada perspectiva, mesmo sendo contrária e oposta a outra, apresenta determinadas razões ou princípios que a sustentam. Em terceiro lugar, a perspectiva que apresentar o fundamento mais elevado no âmbito dessa gradação (e por elevado entenda-se ser capaz de abarcar as outras perspectivas) é a detentora do princípio tradutor que permite pensar essas contradições.

Nesse caso, não se trata de resolver o paradoxo, como poderia concluir um pensador hegeliano, mas a postura trágica e cristã de Pascal consiste em pôr de acordo as contrariedades tornando o homem e os fenômenos vinculados a ele compreensíveis, ou seja, passíveis de serem pensados. É o que aponta Lebrun: “O pensador trágico poderia responder ao dialético que o seu objetivo não é o de resolver a contradição, mas tornar pensável o paradoxo – e que estas são tarefas bem diferentes”. (LEBRUN, 1983, p.76).

Trata-se de uma concepção bivalente da verdade, em que as proposições são corrigidas uma pela outra. “Esse método, que compreende a “passagem contínua do pró ao contra” e “a figura”, é composto por uma concepção bivalente da verdade. A “passagem contínua” permite, por um vai e vem entre duas proposições, corrigir uma pela outra”. (HARRINGTON, 1972, p.56). É essa correção de uma proposição pela outra que permite que possamos pensá-las como perspectivas unilaterais que necessitam uma da outra para sua completude. O paradoxo se torna pensável quando cada posição contrária é vista como uma perspectiva diferente, e não simplesmente como antagonica. O ordenamento possibilitado pela razão dos efeitos permite que as contradições sejam sempre pensadas como perspectivas dotadas de determinado sentido.

No entanto, a perspectiva responsável por englobar um maior número de perspectivas, deve ser considerada a mais elevada, pois permite harmonizar as contradições no âmbito de uma totalidade maior que lhes dá sentido. Com efeito, a harmonização das várias perspectivas em torno de uma razão comum nos leva a pensá-las como uma totalidade. Segundo

Michel Serres, a noção de “ponto de vista” é essencial para compreendermos o método científico de Pascal presente tanto em obras de cunho matemático, geométrico e científico, quanto nos próprios *Pensamentos*, cujo objetivo é apologético.

A principal influência de Pascal no que tange à construção de um método científico perspectivístico é a obra de Desargues, que o levou a escrever o *Tratado das Cônicas* em 1640. O tratado, infelizmente, foi perdido, restando apenas uma de suas partes, intitulada a *Geração das Seções Cônicas* (CORTESE, 2016, p. 146). Nesse tratado, Pascal defende uma concepção geométrica de ordem projetiva: trata-se de definir todas as propriedades das cônicas de modo óptico, utilizando o cimo do cone como sítio referencial. O observador localizado no cimo do cone pode observar a geração de uma parábola ou de uma hipérbole, por exemplo, como imagens da circunferência do círculo. Assim, a perspectiva do cimo do cone é esse lugar privilegiado, em que o observador pode fazer uma correspondência entre o original (círculo) e suas imagens (parábola, hipérbole). Desse modo:

Acabamos por reunir todas as propriedades das cônicas em um *organon* único, definindo-as de maneira óptica, quer dizer utilizando um espaço centrado no cimo do cone, lugar onde se encontra o olho [...] Assim todas as cônicas, degeneradas ou não – ponto, reta, ângulo, antobola, parábola, hipérbole – são apenas as imagens da circunferência do círculo, ou como diria Leibniz, as metamorfoses do círculo. (SERRES, 1968, p. 666).

Ora, Pascal, influenciado por Desargues vai construir um método diferenciado, *a razão dos efeitos*, aplicando-o para compreender o homem nas mais diferentes dimensões. Conforme vimos, tanto na análise da questão da agitação e do repouso, presentes no fenômeno do Divertimento, quanto na discussão sobre a justiça e a força, o princípio do pecado original se apresenta como aquele capaz de fornecer o sítio perspectivo mais elevado, pois é aquele que permite perceber as outras perspectivas como estando relacionados a esse ponto central. Assim, aquilo que se mostra de

modo desordenado ou contraditório, numa primeira visada, aparece à luz dessa perspectiva como algo ordenado e dotado de sentido. “Para classificar os efeitos, para encontrar-lhes a razão, é necessário dispor de um lugar, a partir do qual a desordem aparente se organize numa ordem real: esse lugar é o cimo do cone”. (SERRES, 1968, p. 692).

Mas, embora Serres faça uma reflexão muito pertinente acerca da noção de perspectivismo presente no método pascaliano, sua visão acerca do filósofo francês tem como objetivo mostrar que a busca por um referencial absoluto (aquilo que o autor vai chamar de busca pelo ponto fixo) é uma das prerrogativas da filosofia pascaliana. Esse referencial, segundo Serres, é Deus, único capaz de levar o homem a uma compreensão de si no interior do universo infinito.

Quem pois pode assinalar novamente o polo de meu universo e o centro de minha alma, senão aquele que conhece os limites da circunferência, aquele em quem “as extremidades se reúnem a força de serem afastadas”, aquele em quem elas se reencontram: Deus e Deus somente. Remova Deus em quem confluem as duas extremidades do mundo, os limites extremos da circunferência, e a repartição do universo em ordens de infinitude não pode, de modo algum, levar a fixar o finito. (SERRES, 1968, p.682).

Ora, a nosso ver, e conforme foi demonstrado anteriormente na análise da fundamentação da geometria, a filosofia pascaliana se ausenta de qualquer pretensão a “fixar o finito”, a partir do momento em que constatamos a impossibilidade de o homem apoiar-se em referenciais absolutos e metafísicos, quando da constatação dos limites do conhecimento. Tais limites, presentes tanto no opúsculo *Do Espírito Geométrico* quanto nos *Pensamentos*, são um indicativo do campo de atuação da racionalidade, que não pode operar a um discurso metafísico sobre a natureza da realidade e do próprio homem. Nesse sentido, *a razão dos efeitos* promove o perspectivismo, sem nunca pressupor uma ontologia.

CONCLUSÃO

Podemos perceber, portanto, em que sentido a noção dos limites do conhecimento, presente no opúsculo *Do Espírito geométrico*, colaboram para a construção do modelo de verdade utilizado na *razão dos efeitos*. Tanto no opúsculo, quanto no método empregado nos *Pensamentos*, não partimos de verdades absolutas, que fundamentem o conhecimento. No opúsculo, não podemos operar demonstrativamente em relação aos princípios que fundamentam a geometria, do mesmo modo que, nos *Pensamentos*, o princípio do pecado original não pode ser estabelecido como uma verdade absoluta de modo racional. Num caso como no outro, não partimos de verdades absolutas e demonstráveis para assegurar o discurso científico, seja ele geométrico ou antropológico. Em ambos o real é “impermeável” ao discurso epistemológico.⁶

Assim, o que torna o opúsculo um texto modelar para se pensar o conhecimento em Pascal não é tanto a questão de ser um texto referente à geometria, mas muito mais o fato de o opúsculo apresentar, de modo claro, a questão dos limites do conhecimento. Dentro do âmbito de tais limites é que se deve estabelecer o objetivo de todo e qualquer tipo de conhecimento, localizando-o fora da alçada de qualquer verdade de cunho ontológico. Desse modo, a partir da constatação do divórcio entre ciência

6 Segundo Oliva, “O processo de construção do conceito pascaliano de verdade passa obrigatoriamente (e o *renversement* mostra isso) por uma crítica à Lógica tradicional (...) Procedimentos como o *renversement* refletem aquilo que os lógicos insistem em não ver: a impermeabilidade do real ao discurso. Para Pascal a realidade não segue as normas do discurso”. (OLIVA, 2004, p.34). Desse modo, ao assumir a concepção paradoxal de verdade (*renversement*) no método a *razão dos efeitos*, Pascal não tem a intenção de fixar esse procedimento em torno de uma verdade absoluta que explique a realidade. Nesse caso, a realidade humana é “impermeável” a qualquer tentativa de explicação no sentido de “fixar-se” em um discurso metafísico, sendo possível apenas interpretar as contradições humanas. Há limites que impedem a apreensão do real em si, tornando-o impermeável ao homem.

e ontologia, é possível construir um conhecimento lógico-dedutivo e de cunho nominalista na esfera geométrica, onde a verdade tem um sentido eminentemente lógico, e uma concepção em que a verdade deixa de ter um sentido unívoco e absoluto e passa a ser tratada de modo bivalente, valorizando a contradição e o perspectivismo, como elementos importantes para a análise moral e prática do homem, na *razão dos efeitos*.

A importância metodológica do opúsculo, portanto, não reside apenas em mostrar que a geometria possui um aparato conceitual e operacional necessário para o conhecimento, e nesse sentido, deve-se partir de axiomas ou proposições de base para derivar novos teoremas e proposições em sentido lógico. A nosso ver, importância maior reside na demarcação dos limites do conhecimento. Dentro do contexto de tais limites devemos fazer a seguinte pergunta: que concepção de verdade Pascal tem em mente quando pensa numa ordem de conhecimento divorciada da ontologia? No âmbito dessa resposta, será possível perceber então que o método *a razão dos efeitos* é concebido por Pascal como uma espécie de estratégia metodológica diante desse impasse. Nesse sentido, tal método não teria apenas o objetivo apologético de convencer o descrente das verdades da religião cristã, mas seria também responsável por estabelecer um novo critério de verdade de caráter mais hermenêutico que ontológico. Com efeito, a hermenêutica é uma ciência que não parte do pressuposto de verdades ontológicas, como aponta Ernildo Stein:

A ontologia é a concepção de uma determinada realidade que se apresenta como definitiva. Ontologia é uma teoria do ser e, portanto, uma teoria que estabelece como o mundo é. No universo das teorias hermenêuticas e no universo das teorias do sentido, nós não trabalhamos com realidades ontológicas. (STEIN, 1996, p. 39).

Embora o princípio do pecado original seja um princípio de natureza religiosa, nesse momento da reflexão pascaliana ele não desempenha nenhum papel metafísico ou ontológico, pois não é utilizado para

definir a essência do homem de modo definitivo e acabado. Longe disso. É o uso que Pascal faz dele como instância tradutora das contrariedades humanas que o estabelece como princípio útil para pensar tais contradições. Se ele é princípio, é devido à sua fecundidade que permite compreender várias verdades, aparentemente contraditórias, mas não por ser um fundamento último e metafísico. Nesse sentido, ele é fecundo metodologicamente porque estabelece a racionalidade de um determinado discurso, que à primeira vista é considerado irracional ou infundado⁷.

Se, como aponta Lebrun, “não existe um sistema de Pascal. Mas, nos *Pensamentos*, existe, subjacente à aparente desordem, uma arquitetura dos conceitos que valeria a pena reconstituir” (LEBRUN, 2006, p. 36), pensamos que essa arquitetura conceitual não está fundamentada em princípios absolutos. Assim, a verdade nos *Pensamentos* deve ser interpretada como sendo uma perspectiva mais elevada, de ordem superior, que confere sentido às contradições humanas, sem que o paradoxo seja resolvido⁸. Nesse sentido, o presente artigo foi uma tentativa de estabelecer, ainda que primariamente, essa estrutura conceitual, relacionando-a com essa idéia de verdade, de cunho hermenêutico.

7 “Estabelecer a racionalidade de uma verdade e de um discurso que não pode ser provado nem empiricamente, nem através de um fundamento último, essa é a tarefa da hermenêutica. É a tarefa que está embutida dentro da concepção de uma hermenêutica filosófica”. (STEIN, 1996, p.45).

8 Uma boa resposta a essa questão é dada por Oliva: “A Verdade do Verbo supera então as verdades paradoxais? Sim e não. Sim, na medida em que é divina, de uma ordem superior. Não, na medida em que não as inutiliza.” (OLIVA, 2004, p. 48). Isso significa que mesmo que consideremos a Queda e o resgate operado pelo Cristo como princípios fundamentais no âmbito da filosofia pascaliana, devemos sempre concluir que tais verdades são inalcançáveis para a razão humana. Embora tais verdades sejam de “ordem superior”, e correspondam a uma perspectiva mais elevada, ou como diria Serres, ao “cimo do cone”, o mistério acerca do pecado original e da encarnação jamais será compreendido racionalmente pelo homem. Nesse sentido, não supera as contradições humanas ou não as “inutiliza”, como afirma Oliva.

THE CONCEPTION OF TRUTH IN THE REASON OF EFFECTS OF PASCAL

ABSTRACT: This paper aims to discuss the concept of truth in Blaise Pascal's *The Reason of Effects*. In the booklet *Geometrical Spirit*, Pascal detects limits in reasonability, which prevent the absolute apprehension of geometrical principles. According to us, *The Reason of Effects* method, applied in *Pensées*, would also be structured under this assumption. In *Pensées*, Pascal, as confronted with the impossibility of a full apprehension of man, is led to assume a bipolar conception of truth within the scope of the *The Reason of Effects* method, where these two poles that constitute human nature – misery and greatness – are valued through the original sin. Thus, both in *Geometrical Spirit* and in *Pensées*, limits are detected which prevent us from obtaining an absolute conception of truth, both in theoretical and practical sense.

KEYWORDS: Anthropology; axiomatization; truth; method; epistemology; paradox.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTESE, J. (2016) Leibniz e o Paradigma da Perspectiva. *Cadernos Espinosanos*. São Paulo, n.34, pp.137-162, 2016-06-29.

DALL'AGNOL, D. (2005) *Ética e Linguagem: Uma Introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Terceira Edição. Florianópolis/São Leopoldo: Editora da UFSC/Editora Unisinos.

GOLDMANN, L. (1997) *Le Dieu Caché: Étude sur la Vision Tragique dans les Pensées de Pascal et dans le Théâtre de Racine*. Paris: Éditions Gallimard.

GOUIER, H. (1986) *Blaise Pascal, Conversion et Apologétique*. Paris: Librairie Philosophique J.Vrin.

HARRINGTON, T.M. (1972) *Vérité et Méthode dans les "Pensées" de Pascal*. Paris:

Librairie Philosophique J.Vrin.

KANT, I. (1983) *Crítica da Razão Pura*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril.

LEBRUN, G. (2006) *A Filosofia e sua História*. São Paulo: Cosac Naify.

_____. (1983) *Blaise Pascal: Voltas, Desvios e Reviravoltas*. São Paulo: Brasiliense.

OLIVA, L.C. (2004) *As Marcas do Sacrifício: Um Estudo Sobre a Possibilidade da História de Pascal*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

PASCAL, B. (1998) *Oeuvres Complètes*. Paris: Aux Éditions du Seuil.

_____. (1973) *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural.

SERRES, M. (1968) *Le Système de Leibniz et ses Modèles Mathématiques*. Paris: Presses Universitaires de France.

STEIN, E. (1996) *Aproximações Sobre Hermenêutica*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

WITTGENSTEIN, L. (1994) *Tractatus Logico-Philosophicus*. Segunda Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.